

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Jaqueline Lazaroto, Renata Camacho Bezerra, Richael Silva Caetano

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14022>

Submetido em: 2025-11-09

Postado em: 2025-12-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

JAQUELINE LAZAROTO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3756-4390>
<lazarotojaqueline91@gmail.com.br>

RENATA CAMACHO BEZERRA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4461-8473>
<renata.bezerra@unioeste.br>

RICHAEL SILVA CAETANO³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9644-3847>
<richael.caetano@unioeste.br>

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR, Brasil.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

RESUMO: Nos últimos anos, a Educação Financeira tem ganhado destaque no cenário educacional brasileiro, impulsionada pela necessidade de formar cidadãos capazes de lidar de maneira crítica e consciente com o uso do dinheiro e o consumo. Nesse contexto, este artigo apresenta uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que tem como indagação: “Como a Educação Financeira tem sido abordada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil?”. Para responder a essa pergunta, busca-se identificar, a partir de trabalhos publicados, de que forma a temática vem sendo tratada nesse nível de ensino. A análise dos estudos foi conduzida a partir de uma abordagem interpretativa, por meio da qual se evidencia que a Educação Financeira tem sido implementada nas escolas, porém ainda de maneira incipiente, sendo necessário um conjunto de fatores para sua efetivação dentre os quais se destaca o papel do professor e, conseqüentemente, a importância de sua formação para abordar o tema em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Financeira, Revisão Sistemática da Literatura, Anos Iniciais, Ensino Fundamental.

APPROACH TO FINANCIAL EDUCATION IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: In recent years, Financial Education has gained increasing prominence within the Brazilian educational context, driven by the need to prepare citizens who can deal critically and consciously with money management and consumption practices. In this regard, this article presents a Systematic Literature Review (SLR) that seeks to answer the following research question: “How has Financial Education been addressed in the Early Years of Elementary Education in Brazil?” To address this question, the study aims to identify, based on published works, how this topic has been approached at this level of schooling. The analysis of the selected studies was conducted through an interpretative approach, which reveals that Financial Education has been gradually implemented in schools, although still in an incipient manner. The findings highlight that its effective implementation depends on multiple factors, among which the teacher’s role stands out, emphasizing the importance of adequate teacher education and professional development to enable them to approach this topic meaningfully in the classroom.

Keywords: Financial Education, Systematic Literature Review, Early Years, Elementary Education.

ENFOQUE DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

RESUMEN: En los últimos años, la Educación Financiera ha adquirido relevancia en el contexto educativo brasileño, impulsada por la necesidad de formar ciudadanos capaces de manejar el dinero y el consumo de manera crítica y consciente. En este contexto, este artículo presenta una Revisión Sistemática de la Literatura (RSL), cuya pregunta orientadora es: “¿Cómo se ha abordado la Educación Financiera en los Primeros Años de la Educación Primaria en Brasil?”. Para responder a esta pregunta, se busca identificar, a partir de trabajos publicados, cómo se ha tratado esta temática en dicho nivel educativo. El análisis de los estudios se llevó a cabo desde un enfoque interpretativo, a través del cual se evidencia que la Educación Financiera ha sido implementada en las escuelas, aunque aún de forma incipiente, siendo necesarios diversos factores para su efectiva consolidación, entre los cuales se destaca el papel del docente y, en consecuencia, la importancia de su formación para abordar el tema en el aula.

Palabras clave: Educación Financiera, Revisión Sistemática de la Literatura, Primeros Años, Educación Primaria.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Educação Financeira (EF) tem ganhado destaque no cenário educacional brasileiro, impulsionada pela complexidade crescente das decisões financeiras enfrentadas por indivíduos e famílias e pelo reconhecimento de que competências financeiras são elemento essencial da cidadania (OCDE, 2016; Eloi; Eloi, 2023).

No Brasil, essa tendência ganhou forma normativa a partir da instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que visou “[...] promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania” (Brasil, 2010, Art. 1º). Esse marco legal organizou a atuação interinstitucional e permitiu o avanço da temática no âmbito escolar (Ribeiro, 2020). Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – homologada em 2017/2018 – incluiu a EF como tema contemporâneo nos currículos da Educação Básica (EB), exigindo sua articulação como tema transversal e mobilizando a necessidade de formação continuada para os professores (Brasil, 2018; Ratti, 2021).

Apesar desse arcabouço normativo e das diretrizes internacionais, observa-se uma lacuna significativa entre políticas, documentos oficiais e as práticas efetivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (França; Figueiredo, 2021; Santos; Oliveira, 2024). A problemática deste estudo reside, portanto, no fato de que, embora existam normas e recomendações para a EF, há escassez de informações de como esse tema vem sendo trabalhado, nas escolas brasileiras, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: Como a Educação Financeira tem sido abordada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil?, com o objetivo de identificar e analisar, a partir de trabalhos publicados, como a EF tem sido abordada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil.

Tal problemática justifica-se pois, apesar de iniciativas como a ENEF e a incorporação da EF na BNCC, ainda há poucos estudos que ofereçam uma visão consolidada e crítica de sua implementação nos Anos Iniciais. No campo educacional, o desenvolvimento da EF requer uma ação articulada entre diferentes áreas do conhecimento — como Matemática, Leitura e Ciências —, uma vez

que esforços restritos ao letramento financeiro tendem a ser insuficientes para produzir avanços significativos em termos de aprendizagem e formação cidadã (Campos; Perin; Pita, 2024).

Ademais, a EF contribui para que indivíduos e famílias tomem decisões assertivas, reduzindo o risco de endividamento precoce, promovendo a melhoria da qualidade de vida e diminuição da desigualdade social (Campos; Perin; Pita, 2024; Oliveira, 2024). Portanto, discuti-la desde os primeiros anos da formação escolar é um fator de impacto social.

Diante desse cenário e da constatação de que há um número reduzido de pesquisas sobre essa temática voltadas aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, este estudo, ao buscar identificar como ocorre a abordagem da EF nesse nível de ensino, bem como evidenciar possíveis lacunas, poderá oferecer um referencial para futuras pesquisas e práticas educativas.

Para tal, adotou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), fundamentada em um protocolo explícito de busca, seleção e análise de estudos publicados em periódicos científicos, teses, dissertações e documentos técnicos relacionados à EF no Brasil. As fontes consultadas compreenderam repositórios institucionais e Bases de dados nacionais e internacionais de relevância na área educacional. A análise dos textos selecionados foi conduzida a partir de uma abordagem interpretativa, com categorização temática, visando identificar padrões, lacunas e convergências nas pesquisas existentes sobre o tema.

O artigo organiza-se em cinco seções mais as referências. A primeira, “Introdução”, apresenta o contexto, a problemática, a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a estrutura do estudo. A segunda seção, “A Educação Financeira no Brasil”, discute o histórico da EF, políticas públicas, marcos normativos e sua presença nos documentos curriculares. A terceira seção, “Metodologia”, detalha o protocolo da RSL. A quarta seção, “Resultados e Discussões”, apresenta a análise dos trabalhos selecionados, organizada em cinco categorias: estudos teóricos, professor, aluno, livros e materiais didáticos e propostas de abordagem. A quinta seção, “Considerações Finais”, reúne as principais conclusões do estudo e sugere direções para pesquisas futuras.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira emergiu nas últimas décadas como uma ferramenta essencial para promover o bem-estar econômico e social das populações em nível global. No âmbito teórico, fundamenta-se em concepções que articulam competências cognitivas, atitudinais e sociais, voltadas ao uso consciente dos recursos financeiros e à tomada de decisões responsáveis (OCDE, 2005). Segundo a OCDE, a EF é um

[...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar (OCDE, 2005, p. 4, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, a EF assume um papel central na formação cidadã, pois ultrapassa a dimensão técnica dos cálculos matemáticos e alcança aspectos éticos, críticos e sociais relacionados ao consumo e à sustentabilidade (Kistemann Junior; Coutinho; Pessoa, 2021). Autores como Campos, Perin e Pita (2024) reforçam que a EF, quando incorporada de forma transversal, contribui para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes de suas responsabilidades individuais e coletivas diante da economia e da sociedade.

Nesse sentido, e orientados pelas recomendações da OCDE, diversos países passaram a investir em programas de EF voltados à população em geral. Em países como os Estados Unidos e várias nações europeias, a abordagem da EF nas escolas é obrigatória há décadas, sendo compreendida como uma política pública estruturante para o fortalecimento da cidadania e da estabilidade econômica (OCDE, 2005).

No Brasil, a discussão sobre EF intensificou-se a partir dos anos 2000, impulsionada pelo aumento do consumo e do acesso ao crédito, fenômeno decorrente da estabilidade econômica pós-Plano

Real. Esse cenário revelou altos índices de endividamento das famílias e a necessidade de políticas voltadas à formação de consumidores mais conscientes (Fantin, 2020).

O principal marco regulatório da EF no país foi o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de “[...] promover a educação financeira e previdenciária e contribuir com o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões consciente por parte dos consumidores” (Brasil, 2010, Art. 1º). A criação da ENEF representou um passo decisivo na consolidação da EF como política de Estado, estabelecendo diretrizes para sua disseminação em diferentes setores da sociedade.

Paralelamente à ENEF, foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e, posteriormente, o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), responsável por subsidiar pedagogicamente as ações voltadas às escolas. Em 2011, o Brasil reafirmou seu compromisso internacional com a Declaração Maia, voltada à inclusão financeira e à defesa do consumidor, ampliando o escopo das políticas públicas de EF (Brasil, 2014).

Contudo, conforme observa Fantin (2020), a simples oferta de produtos e serviços financeiros não garante a inclusão efetiva: sem educação, o acesso pode resultar em exclusão, pois o uso inadequado dos recursos financeiros tende a aumentar o endividamento e a vulnerabilidade social. Essa constatação reforça a necessidade de uma educação financeira crítica, capaz de promover não apenas o acesso, mas o uso consciente e responsável desses serviços.

Diante disso, a partir de 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) consolidou a EF como componente obrigatório da Educação Básica, especialmente desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O documento reconhece a EF como um tema contemporâneo que deve ser incorporado de forma transversal e integrada aos currículos, abrangendo dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Nessa direção, Giordano, Assis e Coutinho (2019) destacam que a BNCC ampliou o espaço da Matemática Financeira (MF) e garantiu a presença da EF em sala de aula, propondo uma abordagem centrada na realidade do aluno, vinculada à resolução de problemas do cotidiano e ao desenvolvimento do pensamento crítico.

Além disso, a BNCC (Brasil, 2018) estabelece habilidades específicas relacionadas à EF, distribuídas ao longo dos anos escolares, com o objetivo de desenvolver competências que envolvam planejamento, consumo consciente e responsabilidade social. Esse avanço foi determinante para legitimar a EF como elemento integrante da formação integral do estudante.

Em 2020, a nova ENEF, instituída pelo Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, reformulou a política anterior, ampliando seu escopo para incluir também a educação securitária, previdenciária e fiscal (Brasil, 2020). O decreto criou o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), responsável por coordenar e articular ações entre órgãos públicos e privados. Apesar das mudanças estruturais, Borges (2021) e Pereira et al. (2022) ressaltam que o foco central da ENEF permaneceu o mesmo: a formação de professores e alunos da Educação Básica como agentes multiplicadores da EF.

Apesar dos avanços normativos e institucionais promovidos pela ENEF (Brasil, 2010; 2020) e pela BNCC (Brasil, 2018), as evidências empíricas demonstram que o Brasil ainda enfrenta desafios para consolidar uma EF efetiva no contexto escolar. Campos, Perin e Pita (2024) destacam que, mesmo após a inclusão oficial da EF no currículo brasileiro em 2018, os resultados do Programme for International Student Assessment (PISA) indicam um baixo desempenho dos estudantes em letramento financeiro, refletindo que as políticas implementadas ainda não se traduziram em práticas pedagógicas eficazes.

Tais resultados evidenciam que esforços isolados voltados apenas ao ensino de conteúdos financeiros não são suficientes para promover avanços significativos, sendo necessário articular a EF com o desenvolvimento de competências em Matemática, Leitura e Ciências (Campos; Perin; Pita, 2024). Além disso, as desigualdades socioeconômicas e as diferenças de gênero e idade também interferem diretamente nesses resultados, o que reforça a importância de políticas integradas e intersetoriais.

Nesse sentido, estudos como os de Kistemann Junior, Coutinho e Pessoa (2022) corroboram que, embora haja crescente interesse acadêmico sobre o tema, ainda persistem lacunas quanto à compreensão de como a EF vem sendo implementada nas escolas brasileiras, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – contexto que este estudo busca aprofundar – e, também, observam

que a efetividade da EF depende fortemente da formação dos professores, da adequação dos materiais didáticos e da integração curricular com outras áreas do conhecimento. Assim, a literatura evidencia a necessidade de fortalecer a formação docente e de promover estratégias pedagógicas contextualizadas, capazes de relacionar o conteúdo financeiro à realidade sociocultural dos estudantes.

Dessa forma, a presente revisão de literatura permite compreender que a EF, enquanto política pública e campo de investigação acadêmica, ainda enfrenta desafios para a sua efetiva consolidação na EB. O reconhecimento de suas potencialidades formativas precisa ser acompanhado de práticas pedagógicas significativas, de modo que o ensino da EF ultrapasse o domínio técnico da Matemática e contribua para a construção de uma cidadania financeira crítica e responsável.

METODOLOGIA

A presente pesquisa constitui um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, o qual consiste na realização de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Essa metodologia caracteriza-se por apresentar questões e objetivos específicos de pesquisa que orientam o processo de busca e análise, proporcionando maior confiabilidade aos resultados. Dessa forma, vem se consolidando como uma abordagem amplamente utilizada em diferentes áreas do conhecimento, por tratar-se, conforme afirmam Galvão e Ricarte (2019), de um método rigoroso, transparente e replicável, que busca identificar, avaliar e sintetizar evidências relevantes de estudos primários em uma determinada área, destacando-se como uma ferramenta para a síntese e análise de evidências científicas.

Esse tipo de revisão diferencia-se das demais, pois, conforme Sampaio e Mancini, (2007, p. 84), “[...] as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos”. Roever (2017) ressalta que a RSL permite uma análise abrangente da literatura existente, identificando lacunas de conhecimento e áreas que demandam maior investigação.

Contudo, de acordo com Okoli (2019), ao conduzir uma RSL é necessário seguir um protocolo pré-definido, com estratégias bem delineadas e detalhamento de todas as etapas do processo metodológico, enfatizando a importância da transparência em todas as fases e possibilitando a reprodução do estudo.

Assim, diante dessas características, optou-se pela utilização dessa metodologia, buscando responder, inicialmente, à seguinte questão: “Como a Educação Financeira tem sido abordada na Educação Básica no Brasil?”.

Um dos aspectos fundamentais da RSL é o processo de busca e seleção de estudos relevantes. Okoli (2019) destaca a importância de estratégias de busca bem definidas, que incluam múltiplas fontes de informação e critérios de inclusão claros. Para a RSL foram elegidas oito Bases de dados: SciELO; Scopus; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Banco de Teses e Dissertações da Capes; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Web of Science; Science Direct; e Redalyc. Essas Bases foram selecionadas por apresentar um grande alcance de pesquisas científicas voltadas à Educação, além de serem indicadas nas pesquisas de Galvão e Ricarte (2019) e Mendes e Pereira (2020).

Diante da escolha das Bases, as buscas foram realizadas no período de 20 a 22 de maio de 2023, a partir da palavra-chave “Educação Financeira”, conforme as particularidades de cada uma das Bases de pesquisa. A forma de busca e o quantitativo dos resultados estão dispostos na Tabela 1:

Tabela 1 - Síntese dos resultados obtidos nas Bases de Dados

Base	Especificações	Resultados
BDTD	Pesquisa pelo título, sem limite temporal.	198
SciELO	Pesquisa pelo título, sem limite temporal.	23

<i>Scopus</i>	Pesquisa pelo título, sem limite temporal. Acesso CAFe ¹ .	20
<i>Web Of Science</i>	Pesquisa pelo título, sem limite temporal. Acesso CAFe.	0
CAPES Teses e Dissertações	Pesquisa sem limite temporal. Pesquisa pelo título manualmente.	163
CAPES Periódicos	Pesquisa avançada pelo título, sem limite temporal.	320
<i>Science Direct</i>	Pesquisa na opção <i>Find articles with these terms.</i> , sem limite temporal.	6
<i>Redalyc</i>	Pesquisa sem limite temporal. Pesquisa pelo título manualmente.	26

Fonte: elaborada pelos autores (2023).

A busca pelo termo no título se justificou por geralmente indicar o objeto de investigação da pesquisa. Nas Bases CAPES Teses e Dissertações e Redalyc, que não ofereciam esse filtro, a seleção foi feita manualmente por meio da leitura dos títulos.

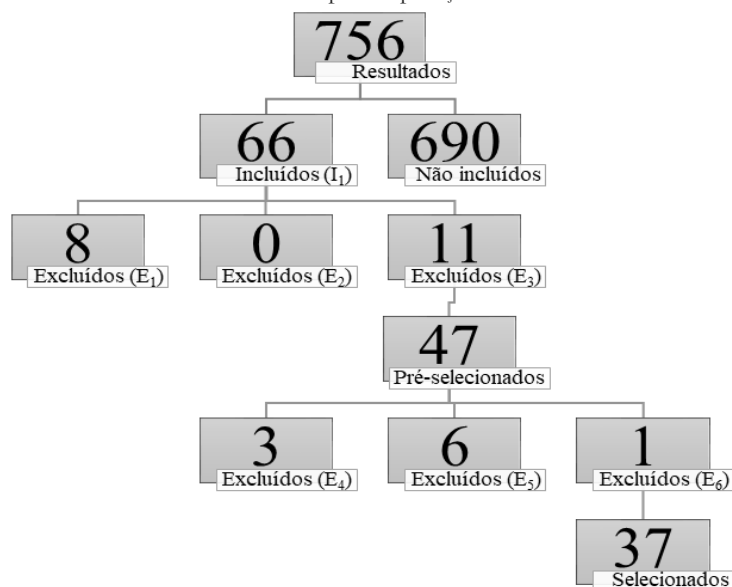
Uma análise inicial revelou uma escassez de trabalhos publicados sobre Educação Financeira considerando os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), podendo ser um indicativo de lacunas nesse nível de ensino. Em vista disso, a problemática da RSL foi readequada para: “Como a Educação Financeira tem sido abordada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil?”.

Conforme Galvão e Ricarte (2019), uma RSL deve definir claramente critérios de inclusão e exclusão, estratégias de busca e métodos de seleção e extração de dados, assegurando transparência e replicabilidade. Com base nisso, o primeiro critério de inclusão (I1) foi tratar da EF nos Anos Iniciais, a partir do título, resumo ou palavras-chave. Também foram incluídos trabalhos que abordassem crianças de 6 a 10 anos, conforme as Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, ainda que não mencionassem explicitamente os Anos Iniciais. Incluíram-se, ainda, pesquisas sobre cursos de Pedagogia, Normal Superior ou Magistério, considerando a Lei nº 9.394/1996 (Art. 62), que habilita esses profissionais para atuar nesse nível de ensino.

Já em relação aos critérios de exclusão, foram definidos os seguintes: E1 – não tratar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil; E2 – não estar disponível de forma completa e gratuita; e E3 – duplicidade. A aplicação desses critérios resultou em 66 trabalhos voltados aos Anos Iniciais dentre os 756 encontrados, dos quais 47 eram distintos. Após nova análise, foram excluídos os que não abordavam o contexto escolar (E4) e os que tratavam exclusivamente da formação docente (E5), restando 38. A leitura integral dos textos levou à exclusão de um trabalho que apresentava resultados genéricos (E6), compondo um corpus final de 37 estudos — sendo 13 dissertações de mestrado e 24 artigos — voltados à abordagem da EF nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A Figura 1 apresenta os quantitativos de trabalhos obtidos ao utilizarmos os referidos critérios de inclusão e de exclusão:

¹ A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras por meio da integração de suas Bases de dados. O acesso realizado foi vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Figura 1 – Total de trabalhos resultantes após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

Uma vez que os estudos que vão ao encontro da problemática da RSL foram identificados, a próxima etapa dessa RSL se deu com a síntese dos resultados. No caso desta pesquisa, a análise qualitativa dos trabalhos ocorreu por meio de uma análise interpretativa, sendo o verbo “interpretar”, conforme Minayo (2012, p. 623), compreendido como “[...] um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende”, a qual se deu a partir da leitura completa dos trabalhos e fichamento de cada um deles, seguido do estabelecimento de categorias a posteriori por convergência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos critérios citados na seção anterior, os trabalhos selecionados para a análise estão dispostos no Quadro 1, com o indicativo do título, autoria, ano de publicação e classificação quanto ao tipo (Ai: Artigo; Mi: Dissertação de Mestrado; sendo que i indica o código atribuído a cada trabalho para fins de análise):

Quadro 1 - Trabalhos selecionados para a análise

TIPO	ANO	TÍTULO/AUTORIA
M1	2014	Um estudo sobre educação matemática financeira para crianças de 05 a 10 anos de idade (Cordeiro, 2014).
A1	2016	Educação Financeira Infantil: Brincando com dinheiro (Lima <i>et al.</i> , 2016).
A2	2016	Educação financeira na escola: a Matemática e as relações pedagógicas na vida dos alunos anos iniciais (Silva, 2016).
A3	2016	Finanças é Assunto de Criança? Uma Proposta de Educação Financeira nos Anos Iniciais (Santos; Menezes; Rodrigues, 2016).
M2	2016	Henrique e o Robô Dim: gamebook para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de educação financeira infantil (Mello, 2016).
A4	2017	"Edu no Planeta das Galinhas": processo de construção de game sobre Educação Financeira para crianças (Cavalcante, 2017).
M3	2017	Educação Financeira e Consumo Consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do ensino fundamental (Dantas, 2017).
M4	2017	Educação Financeira em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental: quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores? (Santos L., 2017).
M5	2017	Educação Financeira nas Trilhas da Inclusão no Ensino Fundamental I (Santos B., 2017).

M6	2017	Educação Financeira no Ensino Fundamental: conhecimentos identificados em um grupo de professores de 5º ano (Teixeira, 2017).
M7	2017	Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: como tem ocorrido na sala de aula? (Oliveira, 2017).
M8	2018	A Educação Financeira nos Anos Iniciais: Conteúdos, Metodologias e Contextualizações nas Coleções Didáticas de Matemática do PNLD/2016 de Escolas Municipais (Souza, 2018).
M9	2018	Atividades de educação financeira em livro didático de matemática: como professores colocam em prática? (Silva, 2018).
A5	2018	Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática (Pessoa; Muniz Junior; Kistemann Junior, 2018).
A6	2018	Relações entre atividades de Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental e o manual do professor (Santos; Pessoa, 2018).
A7	2018	Uma história da Educação Financeira na escola por meio de uma análise em livros didáticos (Souza; Flores, 2018).
A8	2019	Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose (Santos; Pessoa, 2019a).
M10	2019	Avaliação do conhecimento financeiro dos participantes do programa de educação financeira do Colégio Helyos em Feira de Santana – Bahia (Melo, 2019).
A9	2019	Educação financeira: analisando, à luz da educação matemática crítica, sugestões ao professor presentes em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental (Santos; Pessoa, 2019b).
A10	2019	Educação financeira: análise dos cadernos do MEC para os anos iniciais (Vieira; Oliveira; Pessoa, 2019).
M11	2019	Educação financeira escolar: a noção de poupança nos anos iniciais do ensino fundamental (Cabral, 2019).
M12	2019	Educação financeira: olhar sobre a prática do professor que ensina matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Souza, 2019).
A11	2019	O uso de histórias em quadrinhos para o ensino de Educação Financeira no ciclo de alfabetização (Cordeiro; Maia; Silva, 2019).
A12	2020	Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de matemática? (Santos; Pessoa, 2020).
A13	2021	A “Nova Educação Financeira” de Monteiro Lobato (Cordeiro; Coutinho, 2021).
A14	2021	Como livros didáticos de matemática dos anos iniciais estão abordando a educação financeira após a inclusão desta temática na BNCC? (Livramento; Pessoa; Santos, 2021).
A15	2021	Diálogos entre a educação financeira escolar e as diferentes áreas do conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental (Melo <i>et al.</i> , 2021).
A16	2021	Educação Financeira e modelagem matemática nos anos iniciais: possibilidades de um diálogo a partir da literatura (Santos; Teodoro, 2021).
A17	2021	Educação Financeira Escolar: a leitura de imagens como possibilidade para o trabalho docente (Mendonça; Oliveira; Mendes, 2021).
A18	2021	Educação Financeira na Educação Básica: um foco nas percepções dos estudantes (Mazzi; Domingues, 2021).
A19	2021	Educação Financeira: um estudo multicase sobre a adequação de algumas escolas e a percepção de seus coordenadores pedagógicos (Correa; Tristão, 2021).
M13	2021	Políticas públicas de Educação Financeira nas escolas estaduais de anos iniciais em Franca (SP): ações, demandas e perspectivas (Fernandes, 2021).
A20	2021	“Tem que comprar a marca mais cara?”: Cenários para investigação em aulas de Educação Financeira (Silva; Pessoa; Carvalho, 2021).
A21	2021	Vamos falar sobre finanças? Conhecendo diálogos e experiências sobre Educação Financeira Escolar Crítico 5º ano do Ensino Fundamental (Faria; Freitas, 2021).
A22	2022	Educação financeira nas decisões de poupança: um estudo de caso na Escola Municipal Ausônio Araújo em Currais Novos – RN (Carvalho <i>et al.</i> , 2022).

A23	2022	A elaboração de um audiolivro como recurso didático para a educação financeira de alunos com baixa visão (Lopes; Freitas; Oliveira, 2022).
A24	2022	Planos de Aula em Educação Financeira: Praticando a BNCC (Souza; Machado Júnior, 2022).

Fonte: elaborada pelos autores (2023).

Os trabalhos resultantes para a análise, de modo geral, ampararam-se na Educação Matemática Crítica (EMC) de Ole Skovsmose, a qual envolve professores e alunos em um processo educacional dialogado, voltado à democratização do conhecimento. Essa perspectiva propõe a criação de ambientes de aprendizagem que incentivem os alunos a explorar e investigar, oferecendo alternativas à matemática tradicional (Skovsmose; Scheffer, 2023). Parte dos estudos analisados citou essa abordagem, apresentando também uma visão crítica da Educação Financeira, ao tratar não apenas de aspectos relacionados a situações comerciais, cálculos, tomada de decisões ou ações de poupar, mas também de reflexões sobre necessidade, desejo, consumismo, impactos do consumo, sustentabilidade, planejamento, entre outras questões.

Dessa forma, os trabalhos analisados evidenciam que a EF, quando abordada criticamente, vai além do ensino técnico da Matemática, articulando conhecimentos, habilidades e valores que contribuem para a formação de cidadãos conscientes e reflexivos. Essa perspectiva orientou a organização da análise em categorias que emergiram a partir da leitura dos trabalhos e das observações das convergências identificadas, sendo que, ao todo, evidenciaram-se cinco categorias: “estudos teóricos”, “professor”, “aluno”, “livros e materiais didáticos” e “propostas de abordagem”.

Compuseram a categoria “estudos teóricos” todas as pesquisas que voltaram sua análise para aspectos teóricos da EF, tais como: contexto histórico da EF, políticas públicas de EF e cenários de EF voltados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, totalizando 7 trabalhos (M1, M13, A3, A5, A15, A13, A19 e). As categorias “professor”, composta por 9 pesquisas (M6, M7, M9, M12, M13, A2, A5, A20 e A24), e “aluno”, com 6 pesquisas (M10, A1, A2, A18, A21 e A22), referem-se, respectivamente, a trabalhos que tratam das formas de abordagem da EF pelo professor e do conhecimento demonstrado por ele e, ao conhecimento evidenciado pelos alunos no contexto da EF. As investigações dedicadas à análise de materiais e livros didáticos totalizaram 10 estudos (M4, M7, M8, A6, A7, A8, A9, A10, A12 e A14) e formam a categoria “livros e materiais didáticos”. Por fim, pesquisas que apresentaram propostas de abordagem do tema EF nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental somam 13 trabalhos (M1, M2, M3, M5, M11, M12, M13, A3, A4, A11, A16, A17 e A23) e constituem a categoria “propostas de abordagem”.

Iniciaremos, com a categoria “estudos teóricos”, a qual reúne pesquisas que destacam a importância da EF desde a infância, apontando diferentes abordagens e desafios na sua implementação no Brasil, estabelecendo uma base para compreender o papel do professor, do aluno e dos materiais didáticos no desenvolvimento dessa competência.

Estudos teóricos

Os trabalhos analisados que se voltaram para enfoques teóricos destacam a importância da EF desde a infância e exploram diferentes abordagens e desafios na sua implementação no Brasil.

Cordeiro (2014) e Santos, Menezes e Rodrigues (2016) evidenciam a relevância de introduzir a EF desde os primeiros anos escolares, a fim de formar sujeitos críticos e conscientes de suas decisões financeiras. Ambos reforçam que o trabalho deve partir das experiências cotidianas das crianças e de suas famílias, o que dialoga diretamente com a proposta da BNCC (Brasil, 2018), que reconhece a necessidade de contextualizar a aprendizagem financeira a partir da realidade social e cultural dos estudantes.

Pessoa, Muniz Junior e Kistemann Junior (2018), ao proporem três cenários para a Educação Financeira Escolar (EFE), ampliam essa discussão, apontando que sua efetividade depende de uma abordagem integrada ao currículo e orientada por uma perspectiva crítica — algo que converge com o que Kistemann Junior, Coutinho e Pessoa (2021) defendem sobre a EF ultrapassar a dimensão técnica e assumir um papel formativo e ético. Esses autores situam a EF não apenas como ensino de conteúdos matemáticos, mas como prática social que envolve reflexão sobre consumo, sustentabilidade e cidadania.

Nesse mesmo sentido, Melo et al. (2021) enfatizam que a interdisciplinaridade prevista na BNCC deve orientar o ensino da EF, exigindo uma atuação docente que promova a articulação entre diferentes áreas do conhecimento para promover uma postura crítica e reflexiva de seus alunos. Essa perspectiva reforça o que apontam Campos, Perin e Pita (2024), ao afirmarem que esforços isolados e fragmentados não são capazes de gerar avanços significativos no letramento financeiro, sendo necessário relacionar a EF ao desenvolvimento de competências cognitivas e sociais mais amplas.

A análise dos estudos também mostra que há consonância entre a visão de Cordeiro e Coutinho (2021), que identificam elementos de EF em práticas contextualizadas de ensino da Matemática — como na obra *Aritmética de Emília* —, e o princípio da formação integral do estudante proposto pela BNCC. Em ambos os casos, a EF é entendida como um meio de articular aprendizagem conceitual e formação cidadã, valorizando as particularidades dos alunos e o desenvolvimento de uma postura reflexiva frente às questões financeiras.

Entretanto, Correa e Tristão (2021) e Fernandes (2021) mostram que a implementação da EF nas escolas ainda se distancia dos princípios normativos. Esses autores identificam abordagens pontuais, materiais escassos e desconhecimento das políticas públicas voltadas ao tema — um cenário que corrobora o diagnóstico de Campos, Perin e Pita (2024) sobre a persistência de lacunas na consolidação da EF escolar mesmo após a sua inclusão oficial na BNCC. Tal descompasso sugere que a simples normatização da EF não garante a sua efetividade, sendo indispensável investir na formação docente e na produção de materiais contextualizados, como também defendem Kistemann Junior, Coutinho e Pessoa (2022).

Portanto, os estudos teóricos analisados apontam para uma contradição central: embora haja consenso sobre a importância da EF desde a infância e sua função social, as práticas ainda se mostram incipientes e desarticuladas. A análise evidencia que os avanços institucionais, como a ENEF (Brasil, 2010; 2020) e a BNCC (Brasil, 2018), não se traduzem automaticamente em práticas pedagógicas consistentes. Persistem desafios estruturais — principalmente na formação de professores e na integração curricular — que comprometem a efetivação de uma EF crítica e transformadora.

Professor

A partir da análise dos estudos teóricos, evidenciou-se que a efetividade da EF depende da atuação do professor, responsável por transformar diretrizes curriculares e políticas públicas em práticas pedagógicas significativas. Assim, esta segunda categoria de análise concentra-se no papel do docente na implementação da EF nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os estudos apontam que o professor ocupa posição central na efetivação da EFE. Silva (2016) identificou que, embora os docentes busquem relacionar conteúdos matemáticos ao contexto financeiro dos alunos, a inclusão da EF nas aulas depende, em grande parte, da predisposição individual de cada professor. Essa constatação indica que, na ausência de políticas institucionais consolidadas ou orientações curriculares detalhadas, a abordagem da EF tende a ocorrer de forma espontânea e desigual, cenário que confirma o diagnóstico de Campos, Perin e Pita (2024), segundo os quais a implementação da EF no Brasil ainda se dá de modo fragmentado e desarticulado.

Teixeira (2017) e Oliveira (2017) evidenciam a carência de formação inicial específica em EF nos cursos de Pedagogia, reforçando a necessidade de programas de formação continuada que capacitem os docentes a compreender o caráter crítico, interdisciplinar e social da EF. Pessoa, Muniz Junior e Kistemann Junior (2018) destacam que a prática docente é elemento-chave para o desenvolvimento de ações de EF, defendendo a promoção de uma postura reflexiva e crítica. Essa perspectiva converge com Kistemann Junior, Coutinho e Pessoa (2021), que enfatizam que a EF deve ultrapassar o ensino de conteúdos matemáticos, englobando também reflexão sobre consumo, sustentabilidade e cidadania, dimensões que só podem ser efetivamente exploradas por docentes capazes de articular teoria, prática e criticidade em suas aulas.

As pesquisas de Silva (2018) e Souza (2019) mostram que, mesmo com conhecimento limitado sobre EF, muitos professores criam situações de investigação que incentivam reflexões sobre o tema, revelando interesse em soluções criativas e integrativas. Entretanto, Fernandes (2021) alerta que a insegurança docente diante da própria competência financeira compromete a abordagem da EF,

recomendando a ampliação do debate e disseminação das políticas públicas de EF nas escolas. Souza e Machado Júnior (2022) e Silva, Pessoa e Carvalho (2021) reforçam a necessidade de formação continuada para superar lacunas deixadas pela formação inicial em Pedagogia, destacando que a ausência de conhecimentos específicos gera insegurança tanto na prática pedagógica quanto na gestão financeira pessoal dos professores.

Esses achados evidenciam que, embora haja avanços institucionais importantes, como a ENEF (Brasil, 2010, 2020) e a BNCC (Brasil, 2018), eles ainda não se traduzem plenamente em processos sistemáticos de formação docente ou em práticas pedagógicas consistentes. Fantin (2020) alerta que o acesso à informação financeira, sem a devida educação, pode gerar exclusão; no contexto docente, a falta de preparo limita a capacidade do professor de mediar aprendizagens significativas.

Por outro lado, o potencial criativo e o compromisso demonstrado por professores, mesmo diante de limitações, reforçam a concepção da OCDE (2005) de que a EF envolve não apenas domínio conceitual, mas também desenvolvimento de competências e atitudes para a tomada de decisões responsáveis e conscientes. Silva (2018) e Souza (2019) exemplificam que, mesmo com formação inicial limitada, os docentes conseguem criar cenários de aprendizagem reflexivos e engajadores.

Em síntese, os estudos evidenciam que o professor é o agente principal na efetivação da EF nos Anos Iniciais, embora sua atuação ainda seja marcada por fragilidades estruturais de formação e apoio institucional. Torna-se, portanto, urgente que políticas públicas e currículos de formação inicial e continuada assegurem a inserção sistemática da EF, permitindo que os docentes promovam aprendizagens contextualizadas, interdisciplinares e socialmente significativas, tal como propõem a BNCC (Brasil, 2018) e a ENEF (Brasil, 2010; 2020).

Diante desse panorama, a análise do papel do professor aponta diretamente para a próxima dimensão investigada: o aluno. A efetividade da EF depende não apenas da preparação e do engajamento docente, mas também de como os estudantes interagem com os conteúdos, constroem compreensão crítica sobre consumo, planejamento, cidadania econômica e desenvolvimento de competências financeiras, cognitivas e sociais.

Aluno

Ao focar no aluno da EB, os estudos analisados evidenciam lacunas significativas na apropriação da EF, apontando que seu aprendizado depende não apenas de conteúdos e programas, mas também de mediação docente qualificada e de contextos familiares favoráveis. Lima et al. (2016), em atividade de extensão com turmas do segundo ao quinto ano de escolas públicas e privadas em Sousa (PB), constataram que a EF não integrava a grade curricular das turmas. Apesar do interesse demonstrado pelos alunos e de algumas habilidades iniciais relacionadas à gestão financeira, o conhecimento acerca de conceitos e práticas financeiras era limitado, corroborando o diagnóstico de Silva (2016).

Em entrevistas com estudantes de Sinop (MS), Silva (2016) evidenciou que os alunos achavam difícil economizar dinheiro, embora desejassem receber mesada. O autor propõe que a mesada funcione como instrumento para atribuir responsabilidades financeiras às crianças, reforçando a parceria família-escola como mediadora essencial da EF. Faria e Freitas (2021) corroboram essa perspectiva, observando que alunos orientados pelos pais a economizar apresentavam maior conscientização financeira, ainda que muitos desconhecem o perfil financeiro de suas famílias. Esses achados revelam que a aprendizagem financeira é construída em múltiplos contextos, e não apenas na escola, reforçando a necessidade de estratégias integradas e contínuas.

A relevância da continuidade da EF é reforçada por Melo (2019), que demonstrou que alunos participantes de um programa de EF por mais de um ano desenvolveram competências financeiras que transcendem o âmbito pessoal, tornando-se agentes de mudança social e econômica. Lima et al. (2016) destacam que a oferta esporádica de conteúdos não garante internalização de práticas responsáveis; ao contrário, é a inserção progressiva e estruturada da EF que favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e éticas, alinhando-se à visão da OCDE (2005) de que a Educação Financeira envolve não apenas domínio conceitual, mas atitudes e valores para decisões responsáveis.

Além da dimensão pessoal, Mazzi e Domingues (2021) enfatizam a necessidade de abordar realidades diversas, contextualizando a EF para torná-la relevante e significativa para todos os estudantes.

Carvalho et al. (2022), ao implementarem um projeto de EF em uma escola pública do RN, observaram que os alunos ampliaram seu conhecimento financeiro, valorizando práticas como poupar e pesquisar preços. No entanto, a pesquisa também evidenciou que as habilidades de tomada de decisão financeira ainda permanecem em desenvolvimento, indicando que a aprendizagem plena depende de mediação docente, continuidade das atividades e integração a outros conteúdos curriculares.

Esses estudos revelam que, apesar do interesse e da disposição dos alunos, a efetividade da EF ainda enfrenta desafios estruturais. A BNCC (Brasil, 2018) prevê a transversalidade da EF e sua integração com competências cognitivas, sociais e éticas; contudo, como apontam Campos, Perin e Pita (2024), a implementação fragmentada e a falta de formação docente limitam a consolidação dessa abordagem. Além disso, Fantin (2020) alerta que o acesso a informações financeiras sem orientação adequada pode gerar exclusão, reforçando que o papel da escola é fundamental para transformar conhecimento em prática crítica e consciente.

Dessa forma, a análise do aluno evidencia a interdependência entre preparação docente, envolvimento familiar e oferta curricular estruturada. A compreensão das capacidades e limitações dos estudantes permite direcionar estratégias pedagógicas que integrem teoria, prática e contexto sociocultural. Essa perspectiva prepara a transição para a próxima categoria de análise — “Livros e materiais didáticos” —, pois a escolha e adequação dos recursos educativos constituem elementos importantes para apoiar tanto professores quanto alunos no desenvolvimento efetivo da Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Livros e materiais didáticos

Os livros didáticos desempenham um papel importante na promoção da EF, funcionando como guias para professores e como recursos de aprendizagem para os alunos. No entanto, os estudos analisados evidenciam que sua efetividade depende não apenas da presença de conteúdos financeiros, mas também da forma como esses conteúdos são contextualizados, articulados com a prática docente e conectados a uma abordagem crítica e reflexiva, como preconiza a EMC de Skovsmose (2000) e as diretrizes da BNCC (Brasil, 2018).

Oliveira (2017), ao analisar o material didático de uma escola privada em Recife, constatou que os livros focavam em atividades cotidianas e consumo, mas não ofereciam encaminhamentos para reflexões mais profundas, deixando ao professor a responsabilidade de ampliar a aprendizagem. Essa dependência do mediador docente reforça a ideia de Campos, Perin e Pita (2024) de que, sem intervenção crítica do professor, os materiais sozinhos não garantem a formação de competências financeiras sólidas.

Nos livros adotados na rede pública via Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), Santos L. (2017) identificou 48 atividades com potencial de abordagem da EF em 32 livros, do 1º ao 5º ano aprovados pelo PNLD (2016). Apesar desse número, muitas atividades só poderiam ser exploradas de forma reflexiva se o professor recorresse às orientações do manual, ressaltando a importância de manuais bem elaborados e detalhados. Ao analisar esses materiais à luz da EMC, Santos L. (2017) concluiu que, embora os livros ofereçam oportunidades para cenários de investigação, isso não garante que a EF seja ensinada de maneira crítica ou que estimule a reflexão sobre consumo, sustentabilidade e cidadania, aspectos essenciais segundo a OCDE (2005) e a BNCC (Brasil, 2018).

De forma semelhante, Souza (2018) identificou que a EF estava presente de maneira superficial nos livros do PNLD (2016) adotados em União dos Palmares (AL), e, em alguns casos, nem o manual do professor indicava como promover discussões sobre o tema. Souza e Flores (2018) acrescentam que a presença da Matemática Financeira nas escolas, desde a década de 1950, evoluiu para a ênfase contemporânea na EF, focada em decisões conscientes e consumo responsável, objetivo central da ENEF (Brasil, 2010).

A partir da criação da ENEF (2010), também foi criado o programa EF nas Escolas, que contava com Cadernos de Educação Financeira próprios, destinados à EB, os quais se constituíram de objeto de análise na pesquisa desenvolvida por Vieira, Oliveira e Pessoa (2019), de modo especial os voltados ao 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, incluindo tanto o caderno do aluno quanto o destinado aos professores, a qual identificou progressos e lacunas.

Vieira, Oliveira e Pessoa (2019) observaram que esses cadernos, voltados para os três primeiros anos do Ensino Fundamental, possibilitam atividades interdisciplinares, mas algumas propostas carecem de clareza quanto aos objetivos, sendo necessária orientação detalhada aos professores. Isso reforça que materiais bem estruturados são essenciais, mas não suficientes sem a mediação crítica e reflexiva do docente.

Pesquisas complementares de Santos e Pessoa (2018, 2019a, 2019b, 2020) tratam de recortes da pesquisa de Santos L. (2017) e confirmam que as atividades nos livros do PNL D dependem fortemente das orientações fornecidas aos professores. E que, mesmo quando as propostas existem, o desenvolvimento de cenários investigativos e reflexivos requer atuação docente alinhada à EMC (Skovsmose, 2000).

Livramento, Santos e Pessoa (2021), ao analisarem livros pós-BNCC (PNL D 2019), identificaram aumento na quantidade de atividades de EF, mas ainda apontaram a necessidade de maior profundidade e de estímulo à reflexão crítica dos alunos.

Dessa forma, a análise dos livros e materiais didáticos evidencia que a EF nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios estruturais. Embora existam recursos disponíveis, sua efetiva aplicação depende da formação e engajamento do professor, bem como de materiais que orientem práticas pedagógicas críticas e reflexivas, conforme defendido pela OCDE (2005), pela BNCC (Brasil, 2018) e por Skovsmose (2000). Essa constatação conecta diretamente à próxima categoria — propostas de abordagem — que reúne estudos que apresentam estratégias e sequências didáticas para implementar a Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, buscando superar lacunas na prática escolar e promover aprendizagem crítica, contextualizada e interdisciplinar.

Propostas de abordagem

Estão reunidos nesta categoria os trabalhos que apresentaram propostas de abordagem para a EF, seja ela por meio de objetos de aprendizagem, jogos ou sequências didáticas. Tendo em vista o objetivo da pesquisa, foram analisados cada um dos trabalhos e identificados o público-alvo de cada uma das propostas, a temática explorada e qual o tipo de recurso resultante. Essas informações foram sintetizadas e estão dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 - Resumos dos trabalhos que apresentaram propostas de aula sobre a EF.

TÍTULO	AUTORIA/ ANO	PÚBLICO	TEMÁTICA	RECURSO
Um estudo sobre educação matemática financeira para crianças de 05 a 10 anos de idade.	Cordeiro (2014).	Anos Iniciais 05-10 anos	Poupança, dívida, emprego e renda e, economia.	Livros ilustrados
Finanças é Assunto de Criança? Uma Proposta de Educação Financeira nos Anos Iniciais.	Santos, Menezes e Rodrigues (2016).	3º ano	Coisas que o dinheiro compra e coisas que o dinheiro não compra.	Atividade
Henrique e o Robô Dim: <i>gamebook</i> para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de educação financeira infantil.	Mello (2016).	5º ano	Tomada de decisões.	Livro-jogo
"Edu no Planeta das Galinhas": processo de construção de game sobre Educação Financeira para crianças.	Cavalcante (2017).	5º ano	Gestão de recursos.	Jogo
Educação Financeira e Consumo Consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do ensino fundamental.	Dantas (2017).	4º ano	Dinheiro e trabalho, consumo, necessidade x desejo, poupar para o futuro e tomada de decisões.	Sequência didática

Educação Financeira nas Trilhas da Indusão no Ensino Fundamental I.	Santos B. (2017).	Anos Iniciais	Valor das coisas, economia e sustentabilidade.	Livreto (indusão)
Educação financeira escolar: a noção de poupança nos anos iniciais do ensino fundamental.	Cabral (2019).	2º ano	Poupança (ato de poupar).	Atividades (tarefas)
Educação financeira: olhar sobre a prática do professor que ensina matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	Souza (2019).	3º ano	Sistema monetário, consumo consciente, poupar e cooperação.	Sequência didática (Livro)
O uso de histórias em quadrinhos para o ensino de Educação Financeira no ciclo de alfabetização.	Cordeiro, Maia e Silva (2019).	1º ano 2º ano 3º ano	Sistema monetário. Valor do dinheiro. Orçamento.	Atividades
Educação Financeira e modelagem matemática nos anos iniciais: possibilidades de um diálogo a partir da literatura.	Santos e Teodoro (2021).	Anos Iniciais	Uso de recursos (dinheiro).	Possibilidades – Modelagem Matemática
Educação Financeira Escolar: a leitura de imagens como possibilidade para o trabalho docente.	Mendonça, Oliveira e Mendes (2021).	Anos Iniciais	Atitudes de comprar; influência das propagandas/mídia, poupar, necessidades x desejos, uso e valor do dinheiro, consumismo, economia doméstica, tomada de decisões, produtos financeiros, sustentabilidade e consumismo.	Possibilidades – Leitura de Imagens (Gibizão)
Políticas públicas de Educação Financeira nas escolas estaduais de anos iniciais em Franca (SP): ações, demandas e perspectivas.	Fernandes (2021).	Anos Iniciais	Gerenciamento de recursos financeiros pessoais.	Página da internet
A elaboração de um audiolivro como recurso didático para a educação financeira de alunos com baixa visão.	Lopes, Freitas e Oliveira (2022).	3º ao 7º anos	Dinheiro, necessidade x desejo, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, consumo consciente, orçamento doméstico, poupar e investir.	Audiolivro (indusão)

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

As propostas reunidas nesta categoria revelam a diversidade de caminhos possíveis para o ensino da EF nos Anos Iniciais, tanto no que se refere aos recursos utilizados quanto às temáticas exploradas. Observa-se a presença de diferentes linguagens pedagógicas — jogos, histórias, livros ilustrados, audiolivros e atividades baseadas na modelagem matemática — que buscam contextualizar o ensino e torná-lo significativo para as crianças. Essa variedade reforça a compreensão de que a EF deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos sobre dinheiro e consumo, constituindo-se, conforme defendem Amadeu (2009), em um processo educativo que envolve dimensões cognitivas, atitudinais e sociais, favorecendo a formação de sujeitos críticos diante das práticas econômicas e de consumo.

Grande parte das propostas, como as de Cordeiro (2014), Santos, Menezes e Rodrigues (2016) e Dantas (2017), enfatiza o uso de situações do cotidiano — poupar, consumir, distinguir necessidades de desejos, tomar decisões —, o que se alinha à orientação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). No entanto, nota-se que, embora as temáticas sejam pertinentes e socialmente relevantes, nem todas as propostas se fundamentam em uma concepção crítica de EF, como propõe Skovsmose (2000), ao defender que o ensino deve criar “cenários para investigação” nos quais o aluno possa questionar, refletir e propor soluções para problemas reais. Em muitos casos, as atividades descritas permanecem presas a um caráter instrumental, abordando a EF como habilidade técnica e não como prática social.

Por outro lado, trabalhos como os de Santos e Teodoro (2021) e Mendonça, Oliveira e Mendes (2021) avançam nessa direção ao integrarem metodologias investigativas e recursos multimodais (como leitura de imagens e modelagem matemática), permitindo aos alunos discutir criticamente a influência da mídia, o consumismo e o uso consciente do dinheiro. Tais iniciativas dialogam com a concepção de EF defendida pela ENEF (2010), que propõe a formação de cidadãos capazes de tomar decisões financeiras responsáveis, mas também conscientes de seu papel social e ambiental.

Além disso, destaca-se a presença de produções voltadas à inclusão, como as de Santos B. (2017) e Lopes, Freitas e Oliveira (2022), que evidenciam um movimento importante de ampliação do acesso à EF por meio de recursos adaptados — livretos e audiolivros —, ainda pouco explorados na literatura. Essas experiências indicam um avanço em relação à democratização do conhecimento financeiro, mas também apontam a necessidade de políticas públicas que garantam condições efetivas de implementação e formação docente adequada para o uso desses materiais.

De modo geral, as pesquisas analisadas nesta categoria apontam para o potencial das propostas de abordagem como ponto de partida para a inserção da EF na escola, mas também evidenciam que a adoção isolada de recursos não assegura a aprendizagem significativa. É indispensável, como ressaltaram os autores citados nesse artigo, que o professor atue como mediador crítico, capaz de contextualizar as atividades, relacioná-las à realidade dos estudantes e promover reflexões éticas e sociais sobre o consumo e o uso do dinheiro. Assim, as propostas de EF devem ser compreendidas como instrumentos dentro de um projeto pedagógico mais amplo, que articule continuidade, criticidade e transversalidade no currículo.

Diante desse panorama, a próxima seção apresenta as considerações finais desta pesquisa, sintetizando as principais conclusões alcançadas a partir da análise das categorias discutidas e destacando as contribuições e lacunas identificadas no campo da Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Revisão Sistemática da Literatura teve como objetivo identificar e analisar, a partir de trabalhos publicados, como a Educação Financeira tem sido abordada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil. Com base nas cinco categorias de análise — estudos teóricos, professor, aluno e livros e materiais didáticos, além das propostas de abordagem —, é possível afirmar que o objetivo foi alcançado, uma vez que as pesquisas analisadas permitiram compreender o panorama atual da EF nesse nível de ensino, suas fragilidades e avanços.

De modo geral, constatou-se que a Educação Financeira vem sendo gradualmente inserida nas escolas, sobretudo após a BNCC (Brasil, 2018) e as ações da ENEF (Brasil, 2010, 2020), mas ainda de forma pontual e fragmentada, predominantemente associada ao componente curricular de Matemática. A prática docente, na maioria dos casos, restringe-se a conteúdos como sistema monetário e operações básicas, sem promover discussões mais amplas sobre consumo, sustentabilidade e cidadania econômica. Essa limitação revela uma tendência reducionista da EF, que permanece mais próxima de uma lógica de racionalização do consumo do que de uma proposta formativa crítica, como preconizam Kistemann Junior, Coutinho e Pessoa (2021) e Pessoa, Muniz Junior e Kistemann Junior (2018).

Os resultados também evidenciam que a efetividade da EF escolar depende diretamente da formação e da atuação do professor. Como apontaram Teixeira (2017), Oliveira (2017), Souza e Machado Júnior (2022) e Fernandes (2021), a ausência de formação inicial e continuada específica compromete o

desenvolvimento de práticas pedagógicas consistentes, gerando insegurança e dificultando a abordagem interdisciplinar proposta pelas políticas públicas. Ainda assim, muitos professores demonstram disposição para inovar e adaptar metodologias, criando espaços de aprendizagem mais reflexivos — o que representa um potencial a ser fortalecido por meio de políticas formativas permanentes.

No tocante aos alunos, as pesquisas revelam interesse e engajamento em atividades relacionadas à EF, mas também lacunas conceituais significativas, decorrentes da ausência de uma abordagem sistemática e contínua. Os estudos de Lima et al. (2016) e Melo (2019) mostram que a inserção regular e contextualizada da EF desde os primeiros anos favorece o desenvolvimento de competências financeiras e sociais que se estendem para além do ambiente escolar.

Em relação aos livros e materiais didáticos, houve avanços perceptíveis após a BNCC, como o aumento da presença da EF nas coleções do PNLD em comparação do ano de 2016 com 2019 (Pós-BNCC). Contudo, conforme apontam Santos L. (2017), Souza (2018) e Livramento, Santos e Pessoa (2021), essas inserções ainda carecem de profundidade e coerência crítica, exigindo a mediação docente para que os conteúdos deixem de ser meramente ilustrativos e se tornem formativos.

As propostas de abordagem analisadas demonstram o potencial de recursos como jogos, histórias em quadrinhos, audiolivros e sequências didáticas para promover aprendizagens significativas e inclusivas. No entanto, reforçam que a EF não pode ser tratada como um conjunto de atividades isoladas, mas como um processo pedagógico contínuo, voltado à formação integral do aluno, conforme defendem a BNCC (Brasil, 2018) e a OCDE (2005).

Em síntese, os resultados desta RSL apontam que a consolidação da Educação Financeira no âmbito escolar depende de um conjunto articulado de fatores: fortalecimento das políticas públicas, sistematização da formação docente, produção de materiais didáticos contextualizados e compromisso institucional das escolas. A EF deve ser entendida como prática social e formativa, não apenas como ferramenta econômica, o que implica reorientar o foco da EF comercial para uma EF crítica, ética e cidadã, capaz de formar sujeitos conscientes sobre as implicações sociais e ambientais de suas escolhas financeiras.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa pode contribuir ao evidenciar a necessidade de uma base conceitual sólida que oriente as práticas de EF nos Anos Iniciais, articulando saberes da Educação Matemática, da EMC e da formação cidadã. Do ponto de vista prático, os resultados reforçam a urgência de programas permanentes de formação inicial e continuada que contemplem a EF de maneira transversal, permitindo ao professor transformar conteúdos em oportunidades de reflexão e ação social.

Como limitação, destaca-se que a análise se restringiu a determinados repositórios, que embora sejam apontados como os principais em pesquisas na área de educação, pode ter excluído estudos relevantes disponíveis em outras bases. Além disso, as análises se basearam nas informações apresentadas nos próprios trabalhos, o que pode limitar a compreensão de aspectos mais amplos das práticas pedagógicas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se realizar estudos que investiguem a prática docente em contextos reais de sala de aula, especialmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental, que ainda são pouco explorados. Também seria pertinente investigar a formação de professores sobre a EF no âmbito dos cursos de licenciatura em Pedagogia, bem como o impacto das políticas públicas e dos materiais didáticos pós-BNCC na formação de competências financeiras críticas, além da integração da EF com outras áreas do conhecimento.

Em conclusão, esta RSL evidencia que a Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental avança, mas ainda carece de consistência conceitual, formação docente adequada e compromisso político-pedagógico. Consolidar uma EF crítica e transformadora exige o envolvimento conjunto de professores, gestores, pesquisadores e formuladores de políticas, pois apenas por meio dessa articulação será possível formar cidadãos financeiramente conscientes, socialmente responsáveis e capazes de atuar com ética e autonomia nas diversas dimensões da vida econômica e social.

REFERÊNCIAS

AMADEU, João Ricardo. *A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento*: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade do Oeste Paulista. Prudente, 2009. Disponível em: <http://bdt.d.unoeste.br:8080/jspui/bitstream/tede/820/1/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2025.

BORGES, Aldo Aristidis. *Estratégia Nacional de Educação Financeira como Política Pública da Educação Básica*. 2021. 24 f. Monografia (Especialização em Formação de Professores e Práticas Educativas) – Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, Rio Verde, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2081/1/ESTRAT%C3%89GIA%20NACIONAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20FINANCEIRA%20COMO%20POL%C3%8DTICA%20P%C3%9ABLICA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA_ALDO%20ARISTIDIS%20BORGES.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BCB). *Parceria Nacional para Inclusão Financeira*: relatório do plano de ação para fortalecimento do ambiente institucional (2012-2014). Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional>>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020*. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CABRAL, Dailiane de Fátima Souza. *Educação Financeira Escolar: A noção de poupança nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. 2019. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11320/1/dailianedefatimasouzacabral.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CAMPOS, Celso Ribeiro; PERIN, Andréa Pavan; PITA, Ana Paula Gonçalves. Reflexões sobre até onde o Brasil pode chegar com a Educação Financeira na Educação Básica. *Educação Matemática Debate*, Montes Claros, v. 8, n. 15, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/7582>>. Acesso em: 15 out. 2025.

CARVALHO, Valdemir Galvao de; LIMA, Maria Olivia Caline de; LIMA, Maria Girliane Milena de; ALVES, Palloma Dejaíne Batista; CARVALHO, Beatriz Silva de. Educação Financeira nas decisões de poupança: um estudo de caso na Escola Municipal Ausônio Araújo em Currais Novos - RN. *Revista Gestão em Análise*, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 93-109, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/4109>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CAVALCANTE, Raquel de Castro Dantas. "Edu no Planeta das Galinhas": processo de construção de game sobre educação financeira para crianças. II Congresso sobre Tecnologias na Educação (Ctrl+E

2017), 2017, Paraíba. *Anais [...]*. Universidade Federal da Paraíba - Campus IV Mamanguape – Paraíba, 2017. Disponível em: <https://ceur-ws.org/Vol-1877/CtrlE2017_MOA_02_32.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CORDEIRO, Marco Antonio. *Um estudo sobre a educação matemática financeira para crianças dos 05 aos 10 anos de idade*. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1413793>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COUTINHO, Ronaldo Portela. A “Nova Educação Financeira” de Monteiro Lobato. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/3298/f041918663f66e4d47a5996a3ac07d7be967.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

CORDEIRO, Nilton José Neves; MAIA, Madeline Gurgel Barreto; SILVA, Carina Brunehilde Pinto. O uso de histórias em quadrinhos para o ensino de Educação Financeira no ciclo de alfabetização. *Tangram – Revista de Educação Matemática*, Dourados/MS, v.2 n. 1, p. 03-20, 2019. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/tangram/article/view/8668/4819>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

CORREA, Andressa Crema; TRISTÃO, Pâmela Amado. Educação Financeira: um estudo multicase sobre a adequação de algumas escolas e a percepção de seus coordenadores pedagógicos. *Revista de Educação Matemática*, São Paulo, v. 18, 2021, p.1-18, 2021. Disponível em: <<http://funes.uniandes.edu.co/29933/>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

DANTAS, Luciana Troca. *Educação financeira e consumo consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental*. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências na Educação Básica) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2017. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UGRI_2149f1137a912ba2559bf8b3b02d2a9a>. Acesso em: 9 jan. 2024.

ELOI, Eliane Pelity; ELOI, Julio Cezar Rodrigues. Os documentos curriculares e a Educação Financeira no Brasil. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2023. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/9435>>. Acesso em: 05 out. 2025.

FARIA, Wilma Pereira Santos; FREITAS, Maria Teresa Menezes. Vamos falar sobre finanças? Conhecendo diálogos e experiências sobre Educação Financeira Escolar Crítica no 5º ano do Ensino Fundamental. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250460>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FERNANDES, Ana Emília Gomes. *Políticas Públicas de Educação Financeira nas escolas estaduais de Anos Iniciais em Franca (SP): ações, demandas e perspectivas*. Franca, 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c57707a4-a78e-4ade-82c7-4fe5cf967757/content>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FRANÇA, Clévia Israel Faria; FIGUEIREDO, Helenara Regina Sampaio. Educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: revisão sistemática de bases de dados. *Research, Society and*

Development, [S. l.], v. 10, n. 13, p. 1-13, 2021. Disponível em:
<<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/20926/18831>>. Acesso em: 15 out. 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: Conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro/RJ, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GIORDANO, Cassio Cristiano; ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 10, n. 3, 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/241442>>. Acesso em 02 maio 2024.

KISTEMANN JUNIOR., Marco Aurélio; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva; PESSOA, Cristiana Azevêdo Santos. Educação financeira: questionamentos e reflexões de três grupos de pesquisa. In: KISTEMANN JUNIOR, Marco Aurélio; ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark (orgs.). *Educação Financeira: olhares, incertezas e possibilidades*. Taubaté: Akademy, 2021.

LIMA, Rosimery Alves de Almeida; VENTURA, Ana Flávia Albuquerque; SILVA JUNIOR, Francisco José da; VENTURA JÚNIOR, Raul. Educação Financeira Infantil: Brincando com dinheiro. *Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 46–54, 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/1867>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIVRAMENTO, Beatriz Oliveira do; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos. Como Livros Didáticos de Matemática dos Anos Iniciais estão abordando a Educação Financeira após a inclusão desta temática na BNCC? *Revista Eletrônica de Educação Matemática - REVEMAT*, Florianópolis, v. 16, p. 01-26, jan./dez. 2021. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/80093>>. Acesso em: 03 fev. 2024.

LOPES, Valéria Rosa Farto; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. A elaboração de um audiolivro como recurso didático para a Educação Financeira de alunos com baixa visão. *Debates em Educação*, Maceió, v. 14, n. 34, p. 350-376, 2022. Disponível em:
<<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12052>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MAZZI, Lucas Carato; DOMINGUES, Nilton Silveira. Educação Financeira na Educação Básica: um foco nas percepções dos estudantes. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250469/pdf_1>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MELLO, Felipe da Cunha. *Henrique e o Robô Dim*: gamebook para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de educação financeira infantil. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10680/MELLO%2c%20FELIPE%20DA%20CUNHA%20DE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MELO, Danilo Pontual de; VIEIRA, Glauciane da Silva; AZEVEDO, Suedy Santos de; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Diálogos entre a Educação Financeira Escolar e as diferentes áreas do conhecimento na BNCC do Ensino Fundamental. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250447>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

MELO, Philipe Cerqueira de. *Avaliação do conhecimento financeiro dos participantes do programa de educação financeira do Colégio Helyos em Feira de Santana – Bahia*. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32241/1/Philipe%20Cerqueira%20de%20Melo.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MENDES, Luiz Otavio Rodrigues; PEREIRA, Ana Lucia. Revisão sistemática na área de Ensino e Educação Matemática: análise do processo e proposição de etapas. *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v. 22, n. 23, p. 196-228, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/50437>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MENDONÇA, Joseilda Machado; OLIVEIRA, Kariny Michelly Silva de; MENDES, Joelma Gomes. Educação Financeira Escolar: A leitura de imagens como possibilidade para o trabalho docente. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emtea/article/view/250484>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?lang=pt#>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

RATTI, Claudia. *Como a Educação Financeira aparece na BNCC?* São Paulo: Nova Escola, 2021. Disponível em: <<https://box.novaescola.org.br/etapa/3/educacao-fundamental-2/caixa/265/educacao-financeira-para-alunos-da-bncc-ao-dia-a-dia/conteudo/20237/>>. Acesso em: 13 out. 2025.

OCDE. *International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2016/10/oecd-infe-international-survey-of-adult-financial-literacy-competencies_fe88832b/28b3a9c1-en.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.

OCDE. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

OKOLI, Chitu. Guia Para Realizar uma Revisão Sistemática da Literatura. Tradução de David Wesley Amado Duarte. Revisão técnica e introdução de João Mattar. *EaD em Foco*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1-40, 2019. Disponível em: <<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

OLIVEIRA, Anaelize dos Anjos. *Educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: como tem ocorrido na sala de aula?* 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) - Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Educação, Recife, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6374814>. Acesso em: 22 jan. 2024.

OLIVEIRA, Vinicius de. *Educação financeira: da BNCC para o dia a dia do estudante*. Porvir, 2024. Disponível em: <<https://porvir.org/educacao-financeira-bncc-dia-a-dia-estudante/>>. Acesso em: 13 out. 2025.

PEREIRA, Fernando; CAVALCANTE, Anderson; CAMPOS, Renata; RIBEIRO, Weslley. Estudo de caso sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil: uma panaceia em um

contexto de financeirização?. In: Encontro Nacional de Economia Política, 27, 2022, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: ENEP, 2022. p. 1-22. Disponível em: <https://enep.sep.org.br/uploads/2051_1647042165_ENEP2022_pdf_ide.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos; MUNIZ JUNIOR, Ivail; KISTEMANN JUNIOR, Marco Aurélio. Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. Pernambuco, 2018. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://funes.uniandes.edu.co/32244/>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. *Agenda-setting in public policies: the strategy for financial education in Brazil through the lens of the multiple streams model*. *Cadernos EBAPÉ*. BR, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, jul/set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/kNmkwXDdW3LZSsPn7PjmYfg/?lang=en&format=pdf>>. Acesso em: 10 out. 2025.

ROEVER, Leonardo. Compreendendo os estudos de revisão sistemática. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 127-130, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875614/152_127-130.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista brasileira de fisioterapia*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SANTOS, Barbara Cristina Mathias dos. *Educação Financeira nas Trilhas da Inclusão No Ensino Fundamental I*. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional no Ensino das Ciências) - Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1413793>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Barbara Cristina Mathias dos; MENEZES, Adriane Melo de Castro; RODRIGUES, Chang Kuo. Finanças é Assunto de Criança? Uma Proposta de Educação Financeira nos Anos Iniciais. *BoEM*, Joinville, v. 4, n. 7, p. 101-115, ago./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/boem/article/download/8647/6234/28363>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SANTOS, Barbara Cristina Mathias dos; OLIVEIRA, Alexandre Lopes de. Educação Financeira Escolar Sustentável: uma possibilidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. *Educação Matemática Debate*, Montes Claros, v. 8, n. 15, p. 1-17, 2024. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/7511>>. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos. *Educação Financeira em Livros Didáticos de Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?* 2017. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5011163>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose. *Educação Matemática*

Pesquisa, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 130-151, 2019a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/39367>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Educação Financeira: analisando, à luz da Educação Matemática Crítica, sugestões ao professor presentes em livros didáticos de Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. *Ensino da Matemática em Debate*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 150-173, 2019b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/44759>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Relações entre atividades de Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental e o manual do professor. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 9, n. 3, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9137380>>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de matemática? *ALEXANDRIA – Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-213, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/65879>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SANTOS, Taynara Karoline dos; TEODORO, Flavia Pollyany. Educação Financeira e Modelagem Matemática nos Anos Iniciais: possibilidades de um diálogo a partir da literatura. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250351>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SILVA, Andréia Viaro Fenner. Educação Financeira Na Escola: a Matemática e as relações pedagógicas na vida dos alunos anos iniciais. *REP's – Revista Eventos Pedagógicos*. Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas, Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1027-1042, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/download/9906/6207>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, Arlam Dielcio Pontes da. *Atividades de educação financeira em livro didático de matemática: como professores colocam em prática?* 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) - Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Educação, Recife, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6757570>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SILVA, Arlam Dielcio Pontes da; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; CARVALHO, Liliane Maria Teixeira Lima de. “Tem que comprar a marca mais cara?” Cenários para investigação em aulas de Educação Financeira. *EM TELA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, Pernambuco, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250458/pdf_1>. Acesso em: 28 jan. 2024.

SKOVSMOSE, Ole; SCHEFFER, Nilce Fatima. Entrevista: Ole Skovsmose e a Educação Matemática. *Educação Matemática sem Fronteiras: Pesquisas em Educação Matemática*, Chapecó, v. 4, n. 2, p. 83–91, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/EMSF/article/view/13302>>. Acesso em: 04 out. 2025.

SOUZA, Cristiane Maria das Chagas. *A educação financeira nos anos iniciais: conteúdos, metodologias e contextualizações nas coleções didáticas de matemática do PNLD/2016 de escolas municipais*. 2018.

115 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação, Maceió, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8400713>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SOUZA, Jéssica Ignácio de; FLORES, Cláudia Regina. Uma história da Educação Financeira na escola por meio de uma análise em livros didáticos. *Revista de História da Educação Matemática*, [S. l.], v. 4, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/244>>. Acesso em: 6 fev. 2024.

SOUZA, Silvia Helena da Silva e. *Educação Financeira: olhar sobre a prática do professor que ensina Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Belém/PA, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12443>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Silvia Helena da Silva e; MACHADO JÚNIOR, Arthur Gonçalves. Planos de Aula em Educação Financeira: Praticando a BNCC. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, Londrina, v.15, n. 1, p. 95-105, 2022. Disponível em: <<https://jieem.pgsskroton.com.br/article/view/9056>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

TEIXEIRA, Daniela Flores. *Educação Financeira no Ensino Fundamental: conhecimentos identificados em um grupo de professores do quinto ano*. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5436762>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VIEIRA, Glauciane da Silva; OLIVEIRA, Marilene Severina de; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Educação Financeira: Análise dos Cadernos do MEC para os Anos Iniciais. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 62-81, jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3273>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Conceitualização, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, redação – rascunho original, escrita – revisão e edição.

Autor 2 – Supervisão, redação – rascunho original, escrita – revisão e edição.

Autor 3 – Supervisão, redação – rascunho original, escrita – revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.